



SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Um Estudo do Nível de Qualificação dos Profissionais Contábeis em uma Cidade do Estado de Minas Gerais.

Denis dos Reis Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
denis.oliveis@gmail.com

Lucimar Antônio Cabral de Ávila
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
lcavila@ufu.br

Resumo

O SPED - Sistema Público de Escrituração Digital pode ser definido como uma ferramenta do governo federal que inova a relação entre o fisco e o contribuinte, pois unifica as atividades de envio de informação para as autarquias, sendo que documenta de forma digital a escrituração comercial e fiscal das sociedades empresárias. O objetivo deste estudo foi analisar o nível de qualificação dos profissionais de contabilidade em uma cidade do estado de Minas Gerais com relação ao SPED. Foi realizada uma pesquisa descritiva, do tipo levantamento com ênfase numa abordagem quantitativa. Os dados foram coletados mediante um questionário aplicado a 61 profissionais aleatórios de uma cidade de Minas Gerais. Os resultados demonstraram que os profissionais entrevistados tiveram contato com os subprojetos do SPED, mas buscaram baixo volume de qualificação acerca do sistema, além de não investirem em treinamentos sobre a ferramenta. Observou-se, também que mesmo os respondentes não tendo a profissionalização necessária para garantir o cumprimento da obrigação estudada, eles estão satisfeitos com os benefícios do referido sistema.

Palavras-chave: SPED, CONTABILIDADE, QUALIFICAÇÃO.

Introdução

Batista Jr. (2000), defende que, desde os anos 1990, o Brasil possui uma elevada carga tributária, e que este perfil se tornou universal perante a sociedade, com reclamações da mesma a respeito das inúmeras obrigações exigidas pelo estado, o qual, consequentemente, não controla suas despesas, sustentando os obstáculos de crescimento da economia. Nesse sentido, o autor atribui que a redundância tributária se atrela à alta da evasão fiscal que dificulta a sistemática fiscal brasileira.

Diante do exposto, Batista Jr. (2000) afirma ainda que o sistema tributário brasileiro possui alto dispêndio para a gestão dos contribuintes, visto que há muitos tributos, diversas alíquotas, bases de cálculos diferenciadas e que em determinados momentos são impróprias. Em contrapartida, defende que em torno do emaranhado tributário brasileiro é necessário que a administração tributária tenha métodos de controle, exercendo funções básicas de fiscalização, pois caso contrário a inspeção fiscal ficaria à deriva das operações exercidas pelos contribuintes, que tentariam diminuir a carga tributária concretizada.



Em consonância com os métodos de controle, Faria *et al.* (2010) informa que o Estado se preocupou em estabelecer uma melhora na comunicação com os contribuintes, possibilitando menores índices de passivos tributários, e ao mesmo tempo implementando a gestão pública, dando margem à criação do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Ainda com fulcro em Faria *et al.* (2010) o SPED pode ser definido como um instrumento que unifica as atividades de recepção, verificação e arquivo de livros e documentos integrantes da escrituração comercial e fiscal das sociedades empresárias, mediante fluxo informatizado. Nessa linha, de acordo com a mudança instituída, Sasso e Rosa (2011) pronunciam que o contador possui importância tanto como intermediário entre o fisco e o contribuinte quanto na contínua geração de informações para a organização, e que esta inovação da tecnologia da informação transforma a prática contábil, considerando que é essencial que o contador fique consciente de sua importância nesta fase de mudanças e que consiga adquirir conhecimento para acompanhar as alterações que já aconteceram e as que virão.

Assim, percebendo que o SPED é um sistema que exige alta competência profissional, principalmente por parte da classe contábil, pois traz um formato digital nas escriturações contábil e fiscal, impelindo as rotinas de trabalho dos contadores em geral e das organizações obrigadas ao sistema, o referido estudo faz-se necessário para buscar entender o patamar de qualificação do profissional de contabilidade a respeito do funcionamento do SPED e sua incessante busca de conhecimento a respeito do assunto. Em suma, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: Qual o nível de qualificação do profissional de contabilidade a respeito do funcionamento do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital?

Com base nestas considerações, este trabalho objetiva analisar o nível de qualificação dos profissionais que atuam na área contábil em uma cidade do estado de Minas Gerais com relação ao SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. Para Sant’Anna e Teló (2010) a atuação dos profissionais de gestão, especialmente dos contadores, deve ser permeada de conhecimento da complexidade de impor decisões nas empresas, e que sua sabedoria pode tornar-se uma facilitadora na gestão, sendo importante para as decisões internas, de planejamento fiscal ou da sistemática dos procedimentos, incluindo o desenvolvimento dos recursos humanos, que o fisco solicita. Desta forma, para alcançar o objetivo principal da pesquisa foram estabelecidos os seguintes alvos específicos: i) levantar a qualificação técnica desses profissionais acerca do SPED; ii) mensurar o índice de treinamento deles para atendimento ao referido sistema.

Os potenciais resultados desta pesquisa poderão contribuir de forma direta para os estudos acerca dos níveis de dificuldades encontradas pelos profissionais contábeis e a possibilidade de qualificação, e também para o avanço em investigações que permitam entender os impactos do SPED nas organizações. De forma indireta poderá ser percebido o nível de esforço das empresas para atender às exigências do referido sistema.

Para melhor compreensão, os achados são estruturados sob a forma de textos e gráficos, demonstrando-se tanto o perfil dos respondentes quanto o nível de conhecimento e qualificação dos profissionais quem atuam em atividades que necessitam da utilização do SPED.



O presente texto divide-se em cinco seções. Na primeira tem-se a introdução especificando o tema, na segunda tenta-se esclarecer a parte conceitual para o desenvolvimento da pesquisa, na terceira seção demonstra-se a metodologia, na quarta o tema e sua análise são discutidos, e por fim, na última as considerações finais do estudo são apresentadas.

Referencial Teórico

Revolução do Sistema Contábil Brasileiro e o SPED

De acordo com Sasso *et al.* (2011), os procedimentos contábeis evoluíram da forma escrita para a digital, e agora são feitos utilizando os computadores, que se iniciaram no anos 1980, aliados aos sistemas de informação que integram os núcleos empresariais, gerando relatórios, e com o prestígio da *internet*, que de forma direta influencia as pessoas e as organizações, criando um novo âmbito de atuação para os profissionais contábeis.

Nesse sentido, Sant'ana e Teló (2010) defendem que a tecnologia aliada à emissão da informação passa a ser uma adaptação exigida, neste momento, para o profissional contábil, tendo a necessidade de função pró-ativa, compreendida em competências e habilidades identificadoras e corredoras de obstáculos e reveses. Em suma, é diante deste cenário que surge o SPED.

Sant'ana e Teló (2010) afirmam que o SPED é um instrumento de inovação do governo federal na relação do fisco com o contribuinte e atua no âmbito da escrituração fiscal e contábil, assim como nas relações destas com suas fontes de dados. Para Britto (2008), uma nova era está sendo regida pela tecnologia da informação, que faz parte do cotidiano dos empresários, de advogados, contadores e demais profissionais que lidam com rotinas de transmissão de dados com assinatura digital e manipulação de arquivos eletrônicos.

Casarotto (2011), em sua pesquisa, relembra que o SPED faz parte do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, e prevalece um avanço na relação entre fisco e contribuintes, compreendido num sistema de modernização da escrituração contábil e fiscal, realizando o cumprimento das obrigações acessórias e proporcionando ao fisco maior acesso aos livros contábeis e fiscais, pois são emitidos de forma eletrônica, e garantidos pela assinatura digital, denominada certificação digital.

Para Brognoli e Gonzato (2011), o SPED trouxe preocupações tanto para os empresários quanto para os contadores, visto que os diversos setores da economia brasileira vivem um período de ajustes, devido ao novo sistema público de interação com os fiscos demandarem o uso de *software* em toda a plataforma de documentos e arquivos digitais. Nesse contexto, Wessling e Silber (2011) defendem que com a implantação do SPED, os contribuintes passarão um alto volume de informações ao fisco de forma *on-line* e para todas as esferas: municipal, estadual e federal, devido à integração do sistema. Assim, para Britz, Santana e Lunkes (2010), o sistema digital atualiza o fluxo de emissão de documentos fiscais e escrituração fiscal e contábil das organizações, o que torna o uso de documentos eletrônicos e certificação digital cada vez mais acessível às empresas.



Segundo Britz, Santana e Lunkes (2010), a criação do SPED encaixa-se na melhoria dos controles das operações realizadas pelos contribuintes, tornando a relação entre os entes administrativos tributários mais próxima das pessoas envolvidas, que de certa forma, tecnologicamente, tornou os processos contábeis mais ágeis, o que em contrapartida eleva a facilidade do fisco em combater a sonegação tributária.

Diante do exposto, pode-se confirmar por meio do trabalho de Costa *et al.* (2010), que o SPED beneficia todas as esferas do governo, pois auxilia na gestão pública, facilitando o acesso às informações dos contribuintes, e produz uma fiscalização de maior qualidade, à medida que padroniza e qualifica as informações.

Faria *et al.* (2009) defende que o SPED direciona para excelentes efeitos com o passar do tempo, pois analisando projetos como o eleitoral e entrega de obrigações acessórias pela internet, percebe-se que o Governo brasileiro obteve êxito com as inovações tecnológicas.

No entendimento de Britz, Santana e Lunkes (2010), os benefícios do SPED são a escusa de arquivos de papel, redução de custos com arquivos físicos, facilidade na entrega de obrigações acessórias, padronização dos dados informados pelos contribuintes dos diferentes estados brasileiros, qualificação da fiscalização por parte das gestões tributárias, além da diminuição de custos para os órgãos governamentais. Em contrapartida, os autores afirmam que os profissionais de contabilidade deverão ter ciência das modernas normas e processos que o sistema determina, pois ao mesmo tempo demanda a parametrização e adequação dos sistemas de tecnologia da informação aos novos moldes determinados pela administração tributária.

Diante do exposto, pode-se afirmar que poucos são os trabalhos correlatos na busca por entender o nível de qualificação dos profissionais contábeis acerca do SPED, em contrapartida, trabalhos que buscam demonstrar os impactos, benefícios e malefícios do sistema já são discutidos em escala relevante.

Os tipos de escrituração digital

Inicialmente, a Escrituração Contábil Digital – ECD, foi instituída pela Instrução Normativa RFB 777 de 19 de Novembro de 2007, retificada pela IN 787, em 22/11/2007, que caracteriza a escrituração como um subprojeto do SPED e tem por finalidade a troca da escrituração de papel pela digital (BRASIL, 2007a).

Borges e Miranda (2009) definem a ECD como os livros de escrituração mercantil no formato digital, pois o processo é realizado a partir do sistema de contabilidade das empresas, que geram e transmitem os arquivos digitais, salientando que após gerados, os dados são submetidos ao PVA – Programa Validador e Assinador, e se não forem detectadas inconsistências poderão ser encaminhados eletronicamente ao ambiente SPED.

Há também a EFD – Escrituração Fiscal Digital, um subprojeto do SPED, que para Faria *et al.* (2009) é definido como o compartilhamento de dados a respeito das operações fiscais e contábeis na forma digital em ambiente nacional junto às unidades federativas em que as empresas estão localizadas, tratando da padronização das obrigações estaduais que eram



entregues em diferentes leiautes, sendo validada de forma digital, tendo como abrangência os Registros de Entrada e Saída, Registro de Inventário e Livros de Apuração de ICMS e IPI.

Borges e Miranda (2009) citam em seu trabalho, que a EFD é um arquivo digital, que a empresa emite de acordo com o Ato Cotepe/ICMS no. 09 de 2008, mencionando todas as suas informações fiscais de entrada e saída, além de dados de importância para o fisco federal ou estadual, fazendo jus ao período de apuração de ICMS e IPI. Por fim este arquivo é direcionado para o PVA – Programa Validador e Assinador, elaborado pela equipe do SPED, que consequentemente é validado e assinado, de forma digital, e transmitido para a administração fazendária.

Costa *et al.* (2010) relembra em seu estudo que o processo é realizado mediante processamento de dados, o que leva a administração tributária a possuir as informações no momento da recepção dos arquivos digitais.

Um outro subprojeto, a EFD Contribuições, foi instituído pela Instrução Normativa RFB nº 1052, de 5 de julho de 2010, sendo utilizado pelas empresas civis de direito privado na apuração da contribuição para o PIS – Programa de Integração Social e COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, tanto nos regimes cumulativo quanto não-cumulativo, e documenta, mediante arquivo digital, as operações de receitas auferidas no período, bem como as despesas e custos geradores de crédito na forma de apuração não cumulativa (BRASIL, 2014). Tais dados são informados de forma específica quanto a cada estabelecimento da pessoa jurídica. Porém vale ressaltar que a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta é lançada de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica (BRASIL, 2014).

Para Baldissera e Stedile (2012), a EFD Contribuições é um dos subprojetos do SPED, que de início buscou apresentar as bases de apuração dos débitos e créditos de PIS e COFINS. Porém, a partir da desoneração da folha de pagamento, instituída pela Lei 12.546/2011, o arquivo passou a contemplar a apuração do INSS – Instituto Nacional de Seguro Social sobre a receita bruta. Ainda, em sua pesquisa, os autores explicam que a obrigação acessória objetiva unificar as contribuições de PIS e COFINS, além de dispor melhor o cumprimento das obrigações acessórias, mudando o formato de escrituração e declarações entregues ao fisco.

Documentos fiscais eletrônicos

A Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, para Azevedo e Mariano (2009), trata-se de um documento de existência digital, com o objetivo de documentar operações de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, tendo validade jurídica abonada pela assinatura digital do emitente, e autorizada pela administração tributária da origem da emissão.

Para Mahle e Santana (2009), a NF-e é a sustentação do SPED, pois é através deste documento digital que o fisco tem o controle da entrada das informações no ambiente nacional do SPED, passando os entes encarregados da fiscalização a terem conhecimento do efetivo momento da transição da mercadoria, além do fato desta inovação tecnológica possibilitar o combate, de forma efetiva, da sonegação, ou seja, uma dificuldade de atuação na informalidade por parte dos contribuintes.



Borges e Miranda (2009) mencionam que a NF-e é uma realidade brasileira que funciona desde 2005, ou seja, desde a publicação do Ajuste SINIEF 07/2005, que institui nacionalmente a nota fiscal eletrônica e DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. Informam em seu estudo que as Secretarias de Fazenda podem monitorar todas as etapas de circulação do documento eletrônico, sendo que o uso dos documentos digitais proporciona maior agilidade no processo de fiscalização.

O CT-e – Conhecimento de Transporte Eletrônico, para Neves Jr. *et al.* (2011), trata-se de um documento fiscal eletrônico, instituído pelo AJUSTE SINIEF 09 de 25 de Outubro de 2007, que altera os seguintes documentos convencionais: conhecimentos de transporte rodoviário, aquaviário, ferroviário, dutoviário ou aéreo de cargas.

O CT-e visa documentar as operações de transporte, sendo um documento de exclusividade digital, com validade jurídica garantida pela certificação digital do emissor do documento, com uso autorizado pela administração tributária da unidade federativa do emissor. Assim, como a NF-e possui o DANFE, o CT-e possui o DACTE – Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico (BRASIL, 2007b).

Metodologia

Para Silva (2003), o desenvolvimento da metodologia se faz importante no sentido de ser utilizada na forma de se fazer ciência, possuindo procedimentos, ferramentas e orientações. Este estudo encontra respaldo na forma descritiva, pois de acordo com Beuren (2004) os resultados obtidos pela pesquisa poderão identificar a existência de relação entre as variáveis analisadas de uma população, sendo que o pesquisador revelará determinadas situações ou fatos.

Assim, levando em conta os anseios deste estudo, pode-se considerar como uma pesquisa de abordagem quantitativa, pois busca entender um fenômeno específico, visto que para Duarte (2009), a análise quantitativa pode estudar os dados através de gráficos, tabulações e estatística amostral básica.

Como procedimento, será adotado o modelo de levantamento, pois segundo Beuren (2004), neste tipo de pesquisa os dados podem ser coletados a partir de uma amostra de determinada população que se objetiva adquirir conhecimento.

O objetivo geral do presente trabalho é identificar o nível de qualificação dos profissionais contábeis sobre o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. Assim, como o referido sistema público iniciou-se em 2007, uma das alternativas desta pesquisa foi aplicar um questionário de autoria própria, elaborado com base nos objetivos deste estudo, que buscou dados descritivos dos respondentes como a idade, escolaridade, cargo e quanto tempo trabalham na área contábil, fiscal ou tributária, nível de conhecimento acerca do SPED e seus subprojetos, e existência de treinamento para desenvolvimento de conhecimento acerca do sistema. Uma primeira versão do questionário foi desenvolvida e aplicada a um escritório contábil na forma de pré-teste, onde foram identificadas anomalias e providenciadas as correções para a melhoria do instrumento de coleta.



A amostra foi composta por 61 profissionais que atuam na área contábil, independentemente de sua formação profissional ou registro em órgãos de classe, numa cidade do interior do estado de Minas Gerais, com a aplicação de questionário por meio da utilização de correio eletrônico, contatos telefônicos e também por contato direto com a solicitação de preenchimento pessoal. O público alvo para a composição da amostra foram contadores, supervisores contábeis, analistas e assistentes, tanto aqueles que atuam como profissionais liberais, quanto os que trabalham em escritórios de contabilidade ou empresas em geral.

O levantamento foi realizado no período de 1º de dezembro de 2013 a 15 de janeiro de 2014.

O processo de análise envolveu diversos procedimentos como codificação das respostas, tabulação de dados e cálculos de porcentagens, como proposto por Gil (2002). Contudo, a observação estatística obteve cálculos de porcentagens e médias, sendo que estes procedimentos estão de acordo com os objetivos do estudo.

A demonstração dos resultados obtidos foi realizada sob a forma de textos e gráficos, visando facilitar o entendimento acerca dos quesitos formulados, bem como permitir a comparabilidade entre as questões.

Resultados e Análise dos Dados

Perfil

Verificou-se com base na amostra, que 47% dos entrevistados possuem idade entre 18 e 25 anos, 33% estão na faixa de 26 a 33 anos, 10% possuem entre 34 e 41 anos, 7% têm entre 42 e 49 anos, e apenas 3% possuem mais de 50 anos.

Obteve-se resposta também quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, sendo que 12% possuíam nível médio, 77% haviam cursado o ensino superior e 11% concluíram algum curso de especialização.

Do montante, a maioria graduou-se na área contábil, pois se verificou que 89% responderam como área de graduação a alternativa que indicava Contabilidade. As áreas de Administração e Direito somaram 4%, enquanto que outros cursos indicaram um percentual de 2%, e aqueles que não opinaram ou não possuíam graduação somaram-se em 5%. Para a área de Economia não foi observada nenhuma resposta. Encontrou-se ainda que o tempo de conclusão para aqueles que cursaram o ensino superior, foi de 18% para a faixa de menos de um ano, 54% para os formados entre 1 e 5 anos, 8% para os que responderam entre 6 e 10 anos, 2% de 11 a 15 anos, 2% acima de 16 anos, e 16% não opinaram devido a ainda estarem cursando a graduação ou fazerem parte do percentual de entrevistados que possuíam apenas o ensino médio. Quanto à instituição de ensino, verificou-se que 62% cursaram em estabelecimento público, 34% frequentaram as instituições privadas, e apenas 4% não opinaram.

Com relação ao tempo de trabalho na área contábil, fiscal ou tributária, obteve-se que 62% dos respondentes trabalham entre 1 e 5 anos, 23% entre 6 e 10 anos, 2% de 11 a 15 anos,



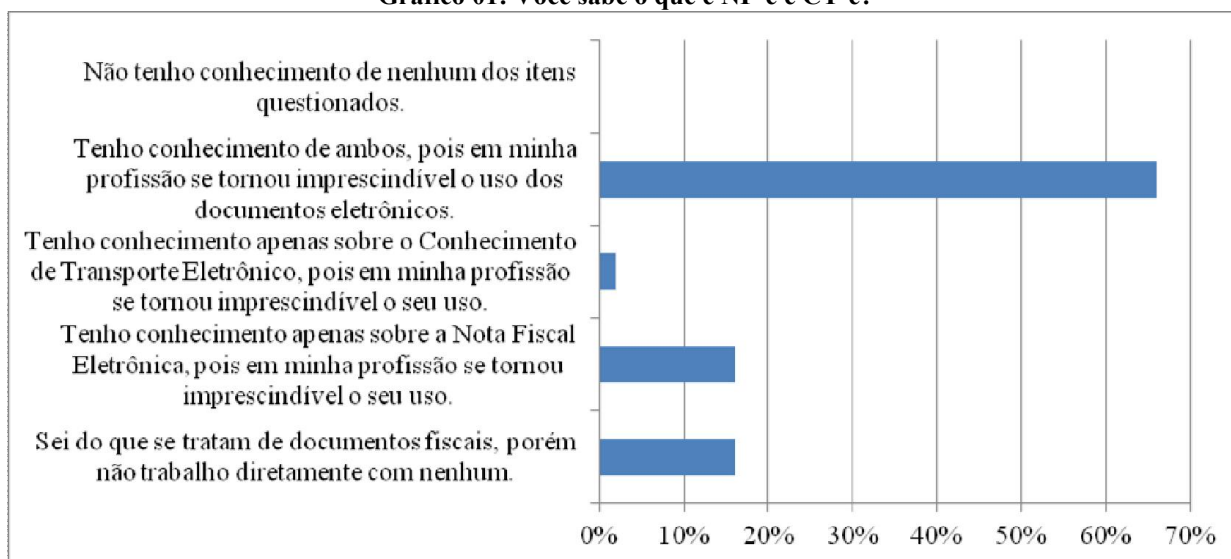
10% de 16 a 20 anos e somente 3% trabalham a mais de 21 anos. Ainda, analisando o perfil profissional, tentou-se obter qual o cargo que os entrevistados possuíam. Assim resultou-se no seguinte patamar: 21% possuíam o cargo de Auxiliar, 25% o de Assistente, 20% o de Analista, 11% tinham cargo de supervisão, apenas 8% já estavam na gestão, e demais cargos somaram-se em 15%.

O nível de conhecimento e a qualificação dos profissionais

Num primeiro momento, foi questionado aos entrevistados se eles tinham conhecimento do que é o SPED, e como resultado obteve-se que 36% dos respondentes entendem o que é o sistema e trabalham diretamente com alguma de suas funcionalidades, enquanto que 30% indicaram conhecer, porém não trabalham diretamente com as ferramentas. Para o mesmo quesito, 16% dos pesquisados responderam conhecer parcialmente, apesar de trabalharem com os documentos fiscais digitais, e por fim aqueles que opinaram não conhecer somaram 18%, sendo estes últimos tanto os profissionais ligados às atividades relacionadas ao SPED quanto aqueles que julgaram não ter relação direta com o sistema.

Ainda, na tentativa de conhecer o nível de conhecimento da amostra estudada, foram indagados sobre o que viria a ser a NF-e e o CT-e, resultando que 66% possuem conhecimento de ambos os documentos, e afirmaram que em suas respectivas profissões o uso das informações digitais se tornou imprescindível em suas rotinas. O Gráfico 1 demonstra que o subprojeto mais utilizado é o da NF-e, pois cerca de 16% dos entrevistados informaram isoladamente que conhecem e trabalham com a NF-e.

Gráfico 01: Você sabe o que é NF-e e CT-e?



Fonte: Elaborado pelos autores

Como apresentado neste trabalho, o SPED possui subprojetos de escrituração digital, e com base na fundamentação teórica, intentou-se entender o nível de conhecimento dos profissionais contábeis sobre estes subsistemas. Assim, objetivando saber o patamar de qualificação acerca da EFD, os participantes da pesquisa demonstraram, se julgam saber o que é a



Escrituração Fiscal Digital, indicando que 33% conhecem e trabalham frequentemente com a transmissão dos arquivos, 26% conhecem o sistema, porém não trabalham com atividades ligadas à ferramenta, 23% dos respondentes indicaram não conhecer o sistema, e aqueles que conhecem parcialmente somaram 18%.

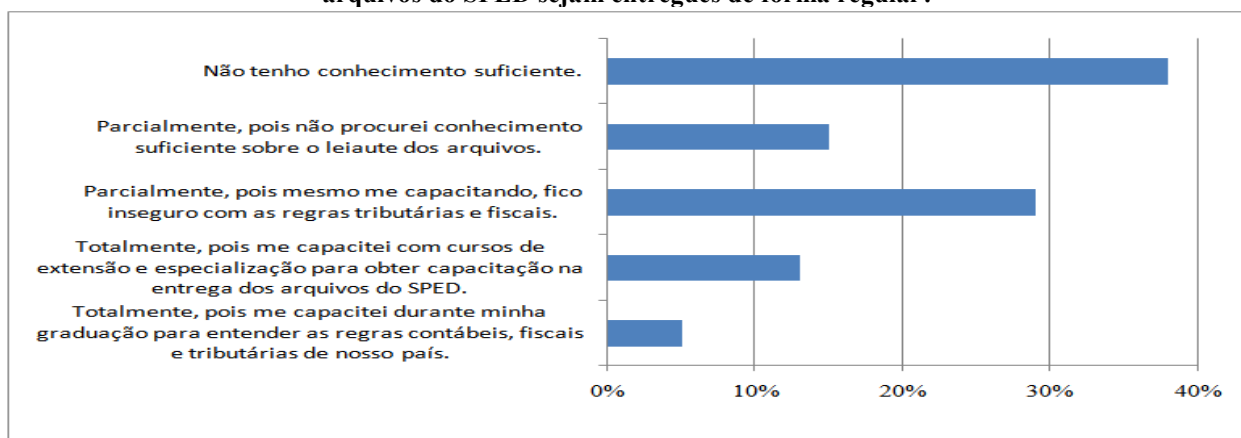
Com o mesmo intuito, tentou-se mensurar o nível de conhecimento dos profissionais acerca da EFD Contribuições, obtendo-se que 31% sabem o que é e trabalham diretamente com os arquivos digitais desta ferramenta, 22% entendem o que é o sistema, porém não executam atividades ligadas ao subprojeto, 15% conhecem parcialmente, 30% não tem conhecimento devido a suas atividades não estarem ligadas à escrituração do PIS/COFINS, e por fim apenas 2% indicaram não conhecer, porém julgam que suas atividades estão ligadas ao SPED das contribuições.

Ao final desta etapa, sobre o conhecimento dos entrevistados acerca do SPED, buscou-se quantificar o conhecimento sobre o SPED Contábil, no qual se obteve que 18% trabalham e entendem o que é este subprojeto, 34% conhecem o sistema, porém não desempenham atividades ligadas a ele, 21% conhecem parcialmente apesar de terem trabalhos que influenciam na geração dos arquivos contábeis digitais, 20% julgaram não conhecer o sistema devido a suas rotinas não dependerem do SPED, e por fim 7% afirmaram não saberem do que se trata o SPED contábil apesar de seu trabalho estar aliado ao sistema.

Como parte da pesquisa, tentou-se buscar o percentual de entrevistados que acreditam ter conhecimento suficiente, na área tributária, contábil e fiscal, que permita garantir a entrega de forma regular dos arquivos do SPED.

Diante da problemática, conclui-se que os profissionais não se sentem confiantes na entrega das obrigações do SPED, pois aproximadamente 30% afirmaram que mesmo se capacitando possuem conhecimento parcial e se sentem inseguros com as regras fiscais e tributárias, e quase 38% assumem não possuir conhecimento suficiente, como demonstrado no Gráfico 02.

Gráfico 02: Você acredita ter conhecimento na área tributária, contábil e fiscal suficiente para garantir que os arquivos do SPED sejam entregues de forma regular?

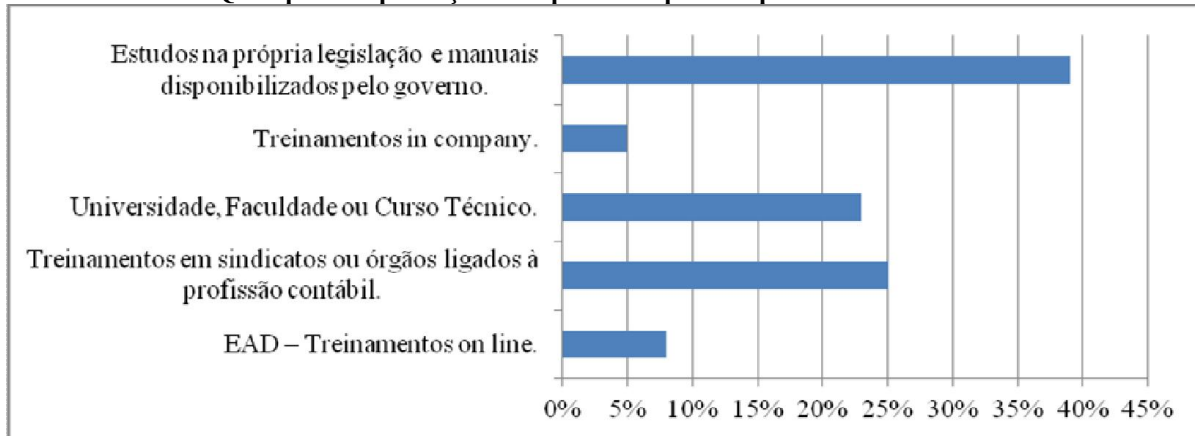


Fonte: Elaborado pelos autores



Em mais uma etapa da pesquisa se objetivou mensurar como os entrevistados buscaram conhecimentos acerca do SPED, e assim foram questionados sobre quais os tipos de capacitação procuraram para entender o que era o sistema. Como resposta obteve-se que a maioria buscou estudar na própria legislação e manuais disponibilizados pelo governo, somados em torno de 39% dos entrevistados. Ainda, diante da mesma questão, 25% indicaram possuir treinamentos em sindicatos ou órgãos ligados à profissão contábil.

Gráfico 03: Que tipo de capacitação você procurou para adquirir conhecimento acerca do SPED?

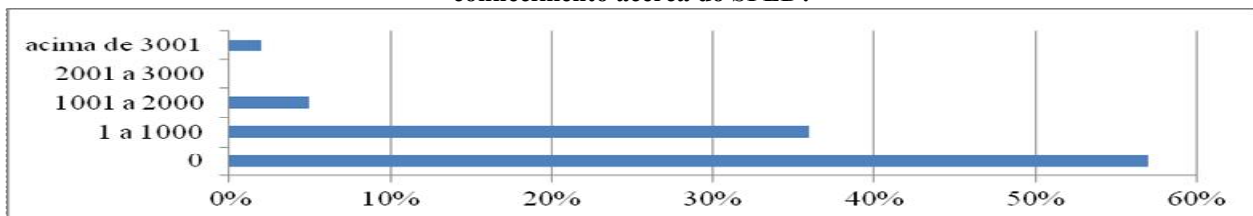


Fonte: Elaborado pelos autores

A se investigar a quantidade de horas gastas, aproximadamente, pelos entrevistados, para a obtenção de conhecimento acerca dos projetos do SPED, levando em consideração cada projeto em separado, compreendidos entre treinamentos diversos e dedicação a estudos de manuais do governo e na própria legislação, 21% dos respondentes afirmaram não ter disponibilizado tempo de treinamento sobre o assunto, 44% indicaram que gastaram entre 1 e 20 horas, 18% responderam que dedicaram de 21 a 40 horas, 2% dedicaram de 41 a 60 horas, e por fim 15% afirmaram terem gasto acima de 61 horas.

Ainda, nesta etapa do questionário tentou-se mensurar o valor, aproximado em Reais, gasto com treinamentos na busca de conhecimentos sobre o SPED, sendo possível identificar que a maioria dos entrevistados não disponibilizou recursos para treinamentos, visto que aproximadamente 57% afirmaram que não gastaram com a questão.

Gráfico 04: Quanto, em Reais (R\$), aproximadamente, você gastou em treinamentos na busca por conhecimento acerca do SPED?



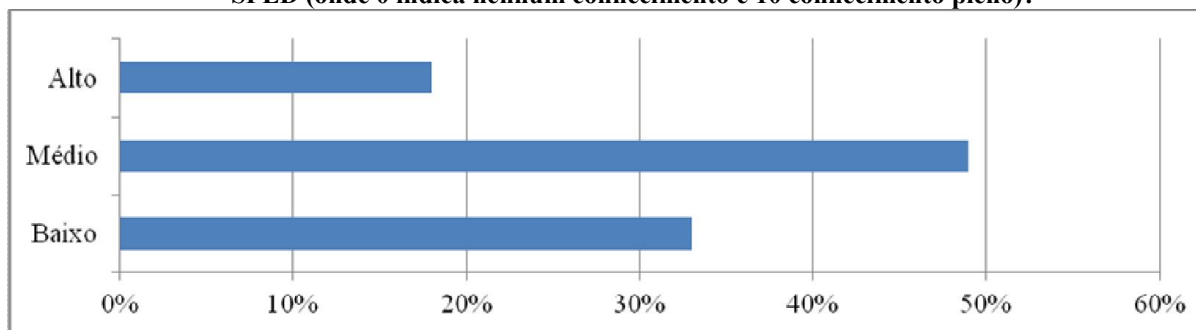
Fonte: Elaborado pelos autores



Pode-se perceber também, pelo apresentado no Gráfico 04, que a disponibilidade dos pesquisados para busca de conhecimento é extremamente baixa.

Diante desta etapa de questões respondidas pelos entrevistados, pode-se afirmar que apesar do SPED ser, relativamente, um sistema novo, os profissionais contábeis não tem se profissionalizado para garantir o cumprimento suficiente da obrigação digital, implicando num resultado pouco satisfatório quando foi indagado se possuíam conhecimento suficiente para a entrega dos arquivos digitais, pois a maioria afirmou não possuir conhecimento suficiente.

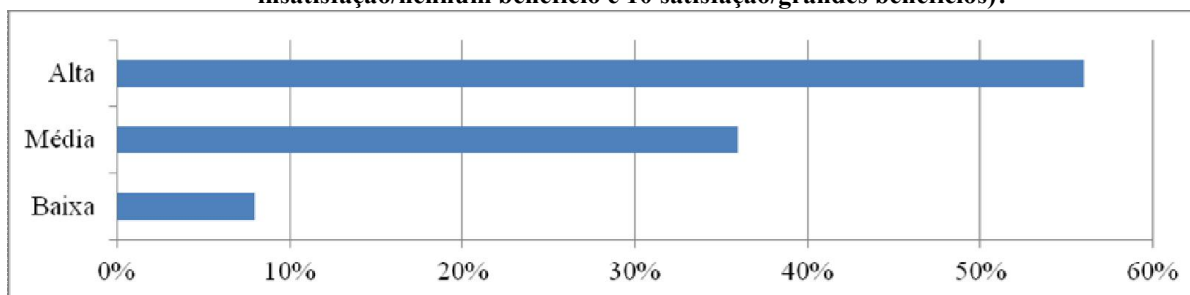
Gráfico 05: Numa escala de 0 a 10, como você classifica seu nível de conhecimento relativo aos projetos do SPED (onde 0 indica nenhum conhecimento e 10 conhecimento pleno)?



Fonte: Elaborado pelos autores

Caminhando para a finalização da análise, buscou-se entender o julgamento do nível de conhecimento do SPED por parte dos entrevistados. Desta maneira, numa escala de 1 a 10, classificou-se como baixo o patamar de 1 a 3, de 4 a 7 rotulou-se como mediano e de 8 a 10 qualificou-se como entendimento alto. Obteve-se com resposta que 33% consideraram possuir baixo conhecimento, 49% indicaram possuir entendimento mediano, e apenas 18% afirmaram ter alto índice de informação sobre o SPED.

Gráfico 06: Qual a sua avaliação sobre os benefícios da utilização do SPED (onde 0 indica insatisfação/nenhum benefício e 10 satisfação/grandes benefícios)?



Fonte: Elaborado pelos autores

Por fim, buscou-se avaliar o julgamento dos benefícios do SPED, classificando as respostas numa escala de 1 a 10, a qual foi dividida em 3 patamares, em que ficaram estabelecidos que de 1 a 3 os benefícios foram baixos, de 4 a 7 foram médios, e de 8 a 10 os entrevistados estão satisfeitos com o sistema. Diante da questão, 56% afirmaram que os



benefícios da aplicação do SPED são altos, 36% indicaram que são medianos, e apenas 8% julgaram que são baixos, conforme apresentado no Gráfico 06.

Considerações Finais

O principal objetivo do presente estudo foi a evidenciação do nível de qualificação dos profissionais contábeis acerca do SPED, além de identificar a existência de treinamento realizado pelos entrevistados e o julgamento do patamar de satisfação dos benefícios do sistema.

Com base na pesquisa, tornou-se possível- afirmar que a maioria dos profissionais contábeis da amostra tiveram contato com algum subprojeto do SPED, isso demonstrado nas questões que buscaram entender se os entrevistados tinham entendimento sobre aspectos inerentes aos referidos subprojetos.

Assim, como resposta ao objetivo específico deste trabalho, pode-se afirmar que a amostra possui baixo índice de qualificação acerca do que foi pesquisado, pois com evidência nas indagações sobre o entendimento das escriturações digitais, cerca de 30% declararam saber o que vem a ser a EFD ICMS/IPI, EFD Contribuições e SPED Contábil, constituindo-se de percentual relativamente baixo. Ainda, confirmando a conclusão, pode-se observar o resultado do questionamento acerca da crença dos entrevistados sobre seu nível de conhecimento na área tributária, contábil e fiscal ser suficiente para garantir que os arquivos sejam entregues de forma regular, onde grande parte da amostra assume insegurança ao transmitir um arquivo ao SPED.

Logo, como ênfase da pesquisa e resposta à tentativa de mensurar o índice de treinamento para atendimento ao SPED, pode-se afirmar que os profissionais entrevistados buscaram baixo volume de profissionalização acerca do assunto, pois a maioria dos entrevistados julgou apenas a necessidade de estudos na própria legislação e manuais do governo, com baixo dispêndio em treinamentos sobre a ferramenta computacional, o que implica na falta de confiança na transmissão dos arquivos.

Observou-se neste estudo que apesar da maioria dos respondentes não terem uma qualificação técnica necessária para garantir o ideal cumprimento das obrigações do SPED, eles estão satisfeitos com os benefícios do sistema digital.

Uma das contribuições deste trabalho é a constatação de que as exigências do SPED levam ao profissional contábil a necessidade de qualificação para garantir o cumprimento de tais obrigações, visto que a relação entre o contribuinte e o fisco é realizada pelo envio das informações fiscais digitais, de modo ágil, com necessidade de maior assertividade por parte destes profissionais. Por fim, pode-se confirmar que o sistema digital de escrituração brasileiro trouxe inovações e benefícios para a profissão contábil bem como para os contribuintes.

Diante do estudo e da situação apresentada, pode-se considerar que os principais limites desta pesquisa foram o baixo volume de trabalhos sobre assunto em questão, sendo uma questão técnica e nova, visto que a base legal começou a surgir por volta de 2005 e sua prática iniciou-se nos anos posteriores, o que resulta em dificuldades de comparação dos resultados. Ainda, relevante empecilho pode ser a amostra por conveniência, tendo em vista que foram aplicados



questionários somente a um pequeno grupo de profissionais de uma cidade do estado de Minas Gerais.

Para estudos futuros, recomenda-se a execução de uma análise que busque entender a dificuldade do profissional contábil em se profissionalizar para garantir a entrega satisfatória das obrigações acessórias digitais, e ainda verificar as limitações destes pesquisados quanto à utilização do SPED. Também, como sugestão, seria de grande apoio a pesquisas futuras a aplicação deste estudo em outras cidades para comparação dos achados, bem como a utilização de uma amostra mais robusta.

Referências

AZEVEDO, O. R.; MARIANO, P. A. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: IOB, 2009.

BALDISSERA, N.; STEDILE, D.A.S. Internacionalização do EFD-Contribuições nos clientes de um escritório contábil. In: Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG, 5. Serra Gaúcha. **Anais eletrônicos...** Serra Gaúcha: FSG, 2012. Disponível em: < <http://ojs.fsg.br/index.php/anaiscontabeis/article/view/297/291> >. Acesso em: 06 jan.2014.

BATISTA Jr., P.N. **Fiscalização tributária no Brasil: uma perspectiva macroeconômica**. São Paulo, IEA/USP, 2000. Disponível em: < http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/batistajrfiscalizatributos.pdf/at_download/file >. Acesso em: 17 dez.2013.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 2004.

BORGES, V.A.A.S.; MIRANDA, C.C.F. A contabilidade na era digital. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO, 13. São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UNIVAP, 2009. Disponível em: < http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0243_0799_01.pdf >. Acesso em: 17 dez.2013.

BRASIL. **Ajuste SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007b**. Institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico. Disponível em: < http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2007/AJ_009_07.htm >. Acesso em: 10 jan.2014.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. In: Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/> >. Acesso em: 10 jan.2014.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007a**. Institui a Escrituração Contábil Digital. Disponível em:





< <http://receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007> > Acesso em: 10 jan.2014.

BRITZ, C.M.; SANTANA, A.F.B.; LUNKES, C.A. Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos gestores das cooperativas agropecuárias catarinenses sobre os prováveis benefícios produzidos com a sua implantação. **ABCustos: Revista da Associação Brasileira de Custos**. v. 5, n. 3, set./dez. 2010. Disponível em:
< www.unisinos.br/abcustos/_pdf/187.pdf >. Acesso em: 15 dez. 2013.

BROGNOLI, J.H.; GONZATTO, J. Business intelligence vista SPED no processo de contabilidade gerencial. **Business Intelligence**. Cascavel, 2011. Disponível em:
< <http://www.vistra.com.br/2012/03/22/business-intelligence-vistra-sped-no-processo-de-contabilidade-gerencial/> >. Acesso em: 28 de junho de 2012.

CASAROTTO, C.; RAIMUNDINI, S. L.; BEHR, A. Análise do SPED sob a perspectiva da gestão da informação contábil. In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 2., 13 E 14 de outubro de 2011, Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: AdCont, 2011.1 CD-ROOM.

COSTA, A.J.D. *et al.* Sistema público de escrituração digital (SPED): a nova tecnologia de informação da área contábil e fiscal. **ETIC – Encontro de Iniciação Científica**. São Paulo, v. 6, n. 6, 2010. Disponível em:
< <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/2516> >. Acesso em: 15 dez. 2013.

DUARTE, E.N. *et al.* **Estratégias Metodológicas adotadas nas pesquisas de iniciação Científica premiadas na UFPB: em foco a série “iniciados”**. Revista Eletrônica

FARIA, A.C. *et al.* SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em:
< <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/248.pdf> >. Acesso em: 23 mai. 2012.

MAHLE, M.M.; SANTANA, A. F. B. Sistema Público de Escrituração Digital-SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 8, n. 23, p. 73-92, abr./jul. 2009.

NEVES Jr. *et al.* O Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal. **8º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, julho 2011. Disponível em:
< <http://www.ucb.br/sites/000/2/564.pdf> >. Acesso em: 15 dez.2012.



CONGRESSO UFSC de
Controladoria e Finanças &
Iniciação Científica em Contabilidade



SANT'ANA, M.A.S.; TELÓ, A.R. As mudanças culturais nas organizações, na área contábil e no governo em função do Sped. **Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC 2009-2010**.

Amazonas, maio 2010. Disponível em:

< <http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/8631626544165073.pdf> > Acesso em: 29 jun.2012.

SASSO, A.; ROSA, I.C.; BARBOSA, A. O SPED e seus reflexos na profissão contábil.

Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Campo Mourão, outubro 2011. Disponível em:

<http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/03_Soc_Aplic_Completo.pdf> Acesso em: 29 jun.2012.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 2003.

WESSLING, G. O sistema público de escrituração digital (SPED) e seus impactos na gestão das informações contábeis e gerenciais. **Revista e-ESTUDANTE – Electronic Accounting and Management**. Pato Branco, 2011. Disponível em:

< <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/view/1338/766> >. Acesso em: 28 jun.2012.